



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**

**05 de maio de 2017**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <input checked="" type="checkbox"/> / 05 / 2017	Página <input checked="" type="checkbox"/> 3	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Transporte gratuito deve ser fiscalizado, diz MPMA

Recomendação da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência de Imperatriz é destinada à ANTT e MOB

**IMPERATRIZ** - A 4ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência de Imperatriz expediu, em 2 de maio, Recomendação para que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB) aumentem o rigor na fiscalização e assegurem a gratuidade do transporte intermunicipal e interestadual para idosos e pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor.

Segundo o promotor de Justiça

Joaquim Ribeiro de Souza Júnior, autor da Recomendação, a legislação assegura a gratuidade no transporte coletivo intermunicipal e interestadual para maiores de 60 anos, com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. "Também deverão ser observadas a reserva de duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Para os idosos que excederem as respectivas vagas gratuitas, deve ser concedido o desconto de 50%, no mínimo, no

valor das passagens", completa. Ainda de acordo com o promotor, o mesmo direito se aplica às pessoas com deficiência.

No entanto, conforme relato do membro do Ministério Público, seja em relação aos idosos, seja em relação às pessoas com deficiência, algumas empresas que prestam serviço de transporte interestadual e intermunicipal relutam em cumprir a lei. "Só com fiscalização intensa, diuturna, rígida e realizada no próprio terminal rodoviário de Impera-

triz conseguiremos coibir essa prática", afirmou Joaquim Júnior.

De acordo com a Recomendação, a ANTT e a MOB são orientadas a manter guichê de atendimento ao consumidor funcionando de forma permanente no terminal rodoviário de Imperatriz;

## Idosos que excederem as vagas devem ter desconto

confeccionar e expor em locais visíveis, no terminal, avisos, banners e faixas informando idosos e pessoas com deficiência acerca do direito à gratuidade e indicar a forma de ter imediato acesso às referidas agências e ao Ministério Público para a apresentação de denúncias e reclamações. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 5 / 05 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

• O MP do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão e o Município de Matões, devido à falta de transporte escolar para os alunos do ensino médio da rede pública, residentes no povoado Alto Alegre.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	5 / 05 / 2017	Página	6
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Imperatriz Recomendada fiscalização da gratuidade de transporte para idosos e pessoas com deficiência

A 4ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência de Imperatriz expediu, em 2 de maio, Recomendação para que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB) aumentem o rigor na fiscalização e assegurem a gratuidade do transporte intermunicipal e interestadual para

idosos e pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor. Segundo o promotor de justiça Joaquim Ribeiro de Souza Júnior, autor da Recomendação, a legislação assegura a gratuidade no transporte coletivo intermunicipal e interestadual para maiores de 60 anos, com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. "Também deverão ser observadas a reserva de duas vagas gratuitas por veículo

para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Para os idosos que excederem as respectivas vagas gratuitas, deve ser concedido o desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens", completa. Ainda de acordo com o promotor, o mesmo direito se aplica às pessoas com deficiência. No entanto, conforme relato do membro do Ministério Público, seja em relação aos idosos, seja em relação às pessoas com deficiência, algumas empresas que prestam serviço de transporte interestadual e intermunicipal relutam em cumprir a lei. "Só com fiscalização intensa, diuturna, rígida e realizada

no próprio terminal rodoviário de Imperatriz conseguiremos coibir essa prática", afirmou Joaquim Júnior. De acordo com a Recomendação, a ANTT e a MOB são orientadas a manter guichê de atendimento ao consumidor funcionando de forma permanente no terminal rodoviário de Imperatriz; confeccionar e expor em locais visíveis, no terminal, avisos, banners e faixas informando idosos e pessoas com deficiência acerca do direito à gratuidade; indicar a forma de ter imediato acesso às referidas agências e ao Ministério Público para a apresentação de denúncias e reclamações.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia  <input type="checkbox"/> Outros
DATA 5 / 05 / 2017 Página 3		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Prefeito de Pinheiro promove perseguição contra jornalistas

O Dia Internacional da Liberdade de Imprensa é comemorado no dia 03 de maio.

A data celebra o direito de todos os profissionais da mídia de investigar e publicar informações de forma livre.

Informação é poder, e por isso a tentativa de controlar os meios de comunicação sempre existiu e se chama censura. A Censura é o contrário da Liberdade de Imprensa, e é comum nos regimes ditatoriais não democráticos. Mas a luta pela liberdade de imprensa é constante, porque mesmo nos regimes democráticos a censura pode aparecer de variadas maneiras.

Historicamente foram cometidos muitos crimes contra a liberdade de imprensa, principalmente durante a Ditadura Militar no Brasil.

Justamente nesta data o Blogueiro e Jornalista Vandoval Rodrigues TEM\SRT - 0001403- MA, foi vítima de uma tentativa de intimidação por parte do prefeito da cidade de Pinheiro, João Luciano Silva Soares, que tenta calar este veículo de comunicação.

O blog do Vandoval Rodrigues que age com total

imparcialidade tem levado ao conhecimento da população alguns desmandos na atual administração municipal de Pinheiro, como suspeitas e fraudes de licitações e outros. Fatos relatados no blog que causam tamanho incômodo ao chefe do executivo que entrou com uma ação (Queixa Crime), contra o titular da página.

O blogueiro e Jornalista foi notificado na tarde de quarta-feira, 03, data essa que é comemorado o Dia Internacional da Liberdade de Imprensa. Asseclas do prefeito espalham pelos quatro cantos da cidade que cada enxadada é uma minhoca, ou seja, cada citação do executivo nas publicações da página, uma nova ação.

O Blog do Vandoval Rodrigues, página de notícias mais vista da cidade de Pinheiro sendo referência na Baixada Maranhense, recebe apoio da maioria de seus leitores e vai continuar ao lado da sociedade pinheirenses desenvolvedor o seu trabalho. Quanto ao confronto judicial como prefeito, os advogados do blog já trabalham na defesa.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia  <input type="checkbox"/> Outros
DATA 5 / 05 / 2017 Página 3		<input type="checkbox"/> Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

## SEGURANÇA MAGOADA

# Secretário Jefferson Portela diz que vai processar juiz que pediu sua cabeça

O secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, teve motivos justos para rescindir o contrato de prestação de serviço firmado, via licitação, com a Supritech Comércio e Serviços, responsável pela operação do Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), acionado pelos números 190 e 193.

Dois razões principais legitimam a medida drástica adotada pelo gestor: os frequentes atrasos de salários, do plano de saúde e dos tickets-alimentação dos trabalhadores com vínculo com a terceirizada e a má qualidade do atendimento às ocorrências policiais decorrente da desmotivação das equipes devido a tamanho desrespeito.

Como bem frisou Portela em texto que publicou em seu perfil no Facebook, os erros cometidos pela Supritech na execução do contrato são conhecidos e foram noticiados.

Temendo a instabilidade que seriam geradas pelo afastamento de Portela, caso desobedecesse a ordem judicial, o governador Flávio Dino (PCdoB) resolveu cumprí-la e assim livrou-se do risco de uma crise institucional e até mesmo de um imbróglio político, com consequências imprevisíveis.

Restabelecido o contrato com a Supritech, cabe agora à Justiça assumir para si o ônus pelos possíveis transtornos causados aos trabalhadores e à população se a empresa repetir os maus procedimentos.



Secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela

### Seguem as considerações do secretário:

*Jamais deixarei de cumprir o meu dever. Princípios regem a minha prática profissional. Deles jamais me afastarei. Na minha gestão como Secretário de Segurança nenhuma empresa humilhará servidores. Essa Empresa Supritech deixou os terceirizados sem salários por três meses seguidos, deixando ainda de cumprir as suas obrigações quanto ao plano de saúde e vale transporte dos servidores. Pelo descumprimento do contrato, sofreu as penalidades contratuais, após as devidas advertências e notificações.*

*Foi afastada a Empresa Logos, segunda colocada na licitação, assumiu a prestação dos serviços de atendimento de urgência e emergência no CIOPS. A Supritech ganhou uma liminar concedida pelo Juiz Carlos Veloso, da segunda vara da Fazenda Pública da Capital, para voltar a operar no CIOPS.*

*Temos que cumprir a decisão judicial, mas os conhecidos e noticiados erros da Supritech não serão aceitos. Se voltar a errar, aplicarei as penalidades cabíveis. Se errar mil vezes, aplicarei mil penalidades, pois não posso permitir prejuízos à segurança da Sociedade Maranhense. Aviso dado, previamente. Bom dia a todos e obrigado pela solidariedade.*

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 5 / 05 / 2017 Página 12		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

### **Bandidos atacam agência bancária e incendeiam caixas eletrônicos**

A cidade de Belágua, localizada no leste do Maranhão, nas proximidades de Chapadinha, vivenciou momentos de terror na madrugada desta quinta-feira (4), quando bandidos fortemente armados atacaram uma agência do Banco Bradesco, por volta das 3h. Os criminosos, de acordo com informações repassadas pela Polícia Militar, incendiaram os equipamentos.

O sargento Bertulino, que atua no 16º Batalhão de Polícia Militar (BPM), contou que, ao que tudo indica, os bandidos atearam fogo nos caixas eletrônicos após terem

constatado que não havia dinheiro neles. As chamas consumiram praticamente toda a parte interna da agência, queimando cadeiras, mesas, vidros e vários objetos que estavam dentro do banco, pois as labaredas se alastraram.

Do lado de fora, era possível observar o fogo alto dentro do Bradesco, sendo que moradores da região tentaram apagar as chamas da forma que puderam. Na fuga, segundo o sargento, os criminosos ainda teriam feito um idoso como refém, mas a vítima foi liberada nas proximidades de Urbano Santos. (NM)

### **Membros de facção são presos com pistola de uso restrito**

Na tarde de quarta-feira (3), cinco membros da facção Comando Organizado do Maranhão (COM) foram capturados na Rua 2, na Cidade Olímpica, em São Luís, por uma guarnição do 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM). Ao averiguar os rapazes, sendo que um deles é adolescente, os militares apreenderam uma pistola calibre 9mm, de uso exclusivo da Polícia Federal (PF) e das Forças Armadas. Comandante do 6º BPM, coronel Aritanã disse que a guarnição do Grupo Tático Móvel (GTM) seguiu ao endereço para averiguar uma denúncia anônima de que vários suspeitos estavam comercializando drogas e

portando armas de fogo. Assim que a equipe fez o cerco, os rapazes tentaram correr, mas não havia caminho de fuga, pois os militares estavam posicionados em pontos estratégicos, o que impediu qualquer tentativa de escapar do local. Sendo assim, narrou o coronel, houve a revista aos jovens, sendo que, com um deles, Enedilson Costa Ferreira, de 29 anos, o "Zidane", foi encontrada a pistola 9mm, contendo 16 munições intactas. Além dele, foram capturados Adriano Felipe Alves Oliveira, 18; Maurício Viana Costa, 19; e Anderson Moura Ferreira, 22. Assim como um adolescente de 17. (NM)

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 5 / 05 / 2017		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
Página 12		

# Operação prende 18 pessoas por lavagem de dinheiro envolvendo postos de combustíveis

NELSON MELO

Divulgação/PC

Por meio da "Operação Jenga", a Polícia Civil prendeu, nesta quinta-feira (4), 18 pessoas suspeitas de atuarem em um esquema de lavagem de dinheiro, que envolvia postos de combustíveis na capital maranhense e no interior do estado. O líder da quadrilha, Josival Cavalcanti da Silva, o "Pacovan", teria movimentado mais de R\$ 200 milhões em espécie e em bens.

Em uma entrevista coletiva realizada no Auditório Leofredo Ramos, no prédio da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA), na tarde de ontem, foi dito pelo delegado Tiago Bardal, chefe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), que a apuração do esquema começou há cerca de um ano, por meio do Departamento de Combate ao Crime Organizado (DCCO). Com o apoio do Laboratório de Lavagem de Dinheiro (LLD), descobriram que "Pacovan" liderava as fraudes, a partir de propriedades dissimuladas. Essas propriedades dissimuladas, segundo Bardal, atuavam como "laranjas", e eram, no campo prático, cinco postos de combustíveis situados na região metropolitana de São Luís e dois localizados em Zé Doca e Itapecuru-Mirim. Na Ilha, os postos envolvidos no esquema são o Laranjal (Estrada de Ribamar); Santa Terezinha (Araçagi, em Ribamar); Petromais (Angelim); Joyce 2 (Alemã) e Joyce 3 (Nas imediações do Terminal Rodoviário).

Conforme o delegado Tiago explicou, havia contratos com prefeituras para a venda de petróleo e derivados do petróleo, sendo que os municípios pagavam esses postos de combustíveis, mas



Os 18 presos na Operação Jenga, quando eram apresentados na Secretaria de Segurança

os produtos não eram recebidos. Em outras palavras, ocorria a lavagem de dinheiro. Bardal pontuou que, a partir da apuração do caso, o DCCO conseguiu do Poder Judiciário a decretação de 22 mandados de prisão temporária, e busca e apreensão em 35 endereços.

No entanto, somente 18 mandados de prisão temporária foram cumpridos, resultando na localização, além de "Pacovan", de sua esposa, Edna Maria Pereira, e dos contadores Lourenço Bastos da Silva Neto e José Etelmar Carvalho Campelo. Além de outros envolvidos: Samia Lima Awad; Thamerson Damasceno Fontenele; Simone Silva Lima; Rafaely de Jesus Souza Carvalho; Creudilene Souza Carvalho; Ilzenir Souza Carvalho; Adriano Almeida Sotero; Geraldo Valdônio Lima da Silva; Renato Lisboa Campos; João Batista Pereira; Kellya Fernanda de Sousa Dualib; Manassés Martins de Sousa; Jean Paulo Carvalho Oliveira e Francisco Xavier Serra Silva. O chefe da Seic destacou que a

operação também apreendeu 61 caminhões, que estavam em um depósito situado às margens da BR-135, sendo que os veículos não pertenciam a "Pacovan" — que já tinha sido preso mais de sete vezes em pouco tempo por esquema envolvendo prefeituras, chegando a violar 200 vezes o diâmetro delimitado em acordo com a Justiça por usar tornozeleira eletrônica, fazendo deslocamentos proibidos. A polícia recolheu, ainda, máquinas agrícolas e quatro carros.

Ademais, complementou o delegado, foi realizado na "Operação Jenga" — que é um jogo criado por Leslie Scott, que consiste em montar uma torre de madeira, e, depois, cada bloco deve ser retirado e colocado no topo, a fim de formar novos andares, sem que a estrutura desmorone — o sequestro dos sete postos de combustíveis, de três fazendas e três imóveis. Bem como o bloqueio do CNPJ dos postos, que foram lacrados. Agora, na segunda fase da operação, a Polícia Civil pretende descobrir de onde o dinheiro

público foi desviado. Há relatos, por exemplo, de que a verba teria sido lavada em emendas parlamentares.

Também presente à coletiva, o delegado Jefferson Portela, titular da SSP/MA, expressou que esse tipo de crime provoca desequilíbrio na ordem econômica e tributária, resultando em prejuízos sociais em várias áreas, como saúde, educação e merenda escolar. Além dele e de Tiago Bardal, compuseram a mesa o delegado-geral Lawrence Melo; a subdelegada-geral Adriana Amarante; o coronel Célio Roberto, comandante do Corpo de Bombeiros; coronel Pereira, comandante geral da PMMA; e o delegado Divaldo Gonçalves, titular da Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI). Convém ressaltar que a "Jenga" contou com a participação de policiais da Seic e das superintendências de Repressão ao Narcotráfico (Senarc); de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP); de Polícia Civil do Interior (SPCI), e de Polícia Civil da Capital (SPCC).





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 5 / 05 / 2017 Página 12		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

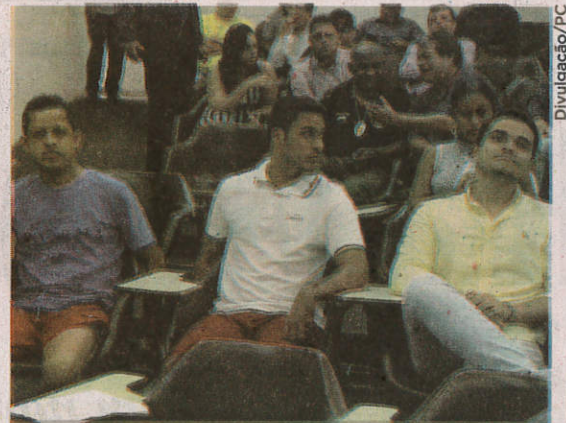
## Operação Jenga Saiba como funcionava o esquema operado por Pacovan com prefeituras

O **Jornal Pequeno**, por meio de O INFORMANTE, conversou, ontem, com um dos investigadores envolvidos na Operação Jenga, desencadeada na manhã desta quinta-feira pela Polícia Civil e que resultou na prisão do empresário e agiota Josival Cavalcante da Silva, o Pacovan; da sua esposa Edna Maria Pereira, familiares e outros empresários/laranjas (18 pessoas ao todo, até agora). Ele explicou como funcionava todo o esquema operado por Pacovan para lavagem de dinheiro. “Trata-se de uma operação deflagrada pela Polícia Civil, ‘batizada’ ‘Jenga’ (em referência ao jogo de madeira de mesmo nome no qual peças de madeira formam uma torre e o jogador deve retirar peças da estrutura sem derrubar a torre), com o objetivo de desarticular uma Organização Criminosa que tinha como foco principal a lavagem de dinheiro. Essa Ocrim, chefiada pelo empresário e agiota Josival Cavalcante da Silva, tem envolvimento da esposa dele e de outros familiares que aparecem como proprietários de empresas utilizadas na lavagem de dinheiro. Pacovan montou uma rede de postos de combustíveis, em que ele aparece em algumas empresas como sócio-proprietário, juntamente com a esposa, familiares e outros ‘laranjas’ (a grande maioria), os quais eram utilizados para não vincular a movimentação financeira dessas empresas com a pessoa dele. Como atua essa rede? Essa rede busca disfarçar a origem ilícita do dinheiro movimentado nas contas bancárias dessas empresas, dinheiro esse oriundo da prática da agiotagem e também do desvio de verbas públicas. O objetivo era evitar que os órgãos de fiscalização, tanto financeiros como policiais, pudessem detectar essa movimentação financeira ilícita. Um gestor público firma um contrato de compra e venda de combustível com um desses postos, coloca no contrato o seu custo anual na faixa, por exemplo, na faixa de 3 milhões de reais; em cima desse contrato, que, na verdade é fraudulento,

pois na prática não existe o fornecimento do combustível, o gestor passa a realizar transferências de um determinado município, de um determinado órgão para as contas bancárias dos proprietários desses postos de combustíveis. O Pacovan recebe esse valor, que aparece oriundo da venda de combustíveis – em tese, seria uma operação lícita, legal -, mas na verdade ele vai estar aí, numa parte, recebendo os valores do empréstimo, da agiotagem. E aí existe a possibilidade de algum valor ser devolvido também para o gestor, que, com isso, burla os mecanismos de fiscalização para estar tirando dinheiro da prefeitura. Tudo isso está sendo investigado, mas a simples situação de Pacovan já ter diversas empresas registradas, algumas em seu nome e a maioria em nome de outras pessoas, como da esposa e familiares, já denota a intenção de estar maquiando e cometendo diversos crimes; crimes financeiros, contra a ordem financeira e também crimes contra a ordem tributária, com evasão fiscal, recolhendo a menor do que deveria, e uma série de outros crimes que acabam sendo ligados à prática da agiotagem. Já o gestor, a partir do momento que faz o desvio da verba pública, ele incorre em crime de corrupção ativa, corrupção passiva... Essas movimentações financeiras atípicas de Pacovan e das empresas de fachada despertaram a atenção dos órgãos de fiscalização, notadamente do Coaf, que provocaram os órgãos policiais no sentido de que fosse investigada a origem desse dinheiro. Além de postos de combustíveis, foi detectado que há empresas registradas para atuação na área da construção civil e outras que só existem de fachada mesmo, sem a compatibilidade de sua atividade com o quantitativo da sua movimentação financeira que era praticada nas respectivas contas bancárias. Não obstante à maioria das empresas estarem em nome de ‘laranjas’, todas as provas apontam no sentido de que Pacovan era o administrador e grande operador desse esquema que movimentou cerca de 100 milhões de reais.

## Envolvido na morte de Décio Sá e mais dois são presos por adulteração de veículos

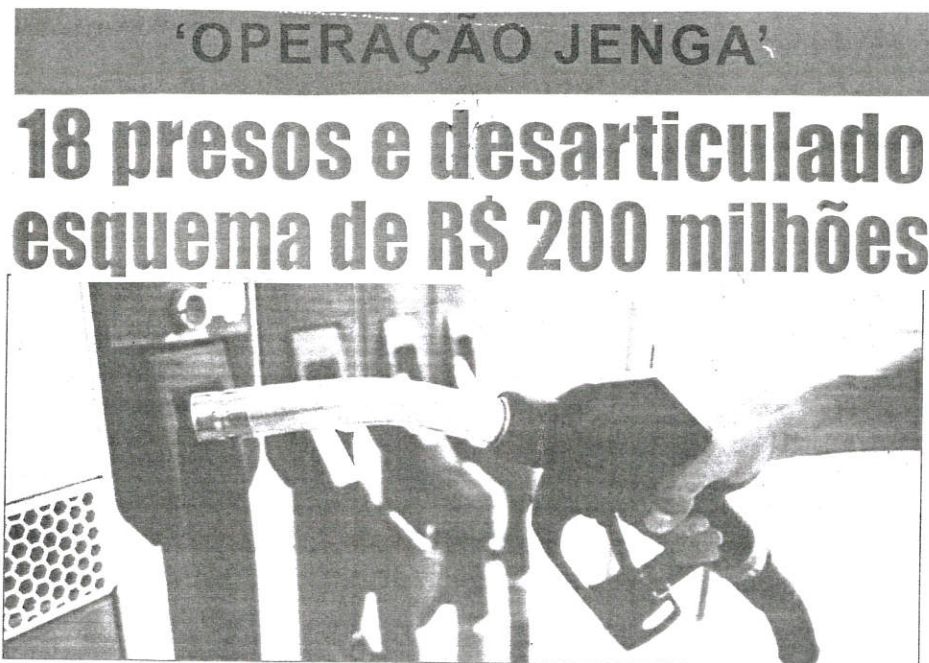
Um dos envolvidos na morte do jornalista Aldenísio Décio Leite de Sá, de 42 anos, o “Décio Sá”, fato ocorrido em 23 de abril de 2012, Fábio Aurélio do Lago e Silva, o “Bochecha”, foi preso, em São Luís, na tarde de quinta-feira (4), por suspeita de adulteração de veículos. Juntamente com ele, outros dois criminosos, Jônata Aurélio Rieiro de Souza, o “Jônata Boy”, e David Leda de Oliveira, o “David Hauss”, também foram capturados. Titular da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), Jeffrey Furtado contou que a prisão do trio foi o resultado da apreensão de um carro modelo Corolá, no dia 10 de janeiro deste ano, no Parque Vitória, em São José de Ribamar. O automóvel continha placa da Paraíba, mas, na verdade, era do Ceará, estado onde foi roubado, em sua capital, Fortaleza. À época, os investigadores prenderam Rogério da Cruz Pereira, por receptação. No decorrer da investigação, enfatizou Furtado, foi descoberto que os veículos eram roubados em outros estados e trazidos para São Luís, onde a quadrilha modificava elementos como o número do chassi e do motor, revendendo, em seguida, esses automóveis clonados. Sendo assim, após levantamentos, detectaram os envolvidos no esquema, prendendo “Bochecha” e os outros dois, que foram autuados por receptação, adulteração de sinal identificador de veículo automotor e associação criminosa. “Bochecha” havia sido preso pelo mesmo crime em 15 de fevereiro deste ano, com uma SW4 de cor branca, que tinha sido roubada. Porém, ele acabou sendo liberado, segundo seu advogado disse à época, após efetuar o pagamento de fiança no valor de R\$ 4 mil. (NELSON MELO)



“Bochecha”, David e Jônata foram apresentados à imprensa na sede da SSP

Divulgação/PC

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral <input checked="" type="checkbox"/> Policia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	
( ) Debate	( ) O quarto poder	( ) Outros
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 05 / 05 / 2017	Página 8	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa



Esquema envolve postos de gasolina da região metropolitana de São Luis

A polícia cumpriu 43 mandados de busca, apreensão e prisão, fruto das investigações da Operação Jenga, que apura crime de lavagem de dinheiro a partir de diversas empresas, incluindo postos de combustíveis na capital. Foram 18 presos, sendo 11 homens, entre estes, o empresário Josival Cavalcanti da Silva, o Pacovan, apontado como líder do esquema.

Pacovan já esteve preso em 2015, por crime de agitação envolvendo prefeituras maranhenses. Em 2016, o suspeito cumpria sentença monitorado por torcedor. Detalhes da ação foram repassados e os suspeitos apresentados em coletiva à imprensa, na tarde desta quinta-feira, 4, na sede da SSP, Vila Palmeira. Esta quadrilha liderada pelo Pacovan está sendo investigada há vários meses, e, agora, a polícia conseguiu desarticular um esquema que movimentou milhões cometendo fraudes diversas. A operação continua para que os demais envolvidos sejam presos e este esquema não volte a ocorrer, enfatizou o secretário Segurança Jefferson Portela.

O esquema fraudulento movimentou mais de R\$ 200 milhões com participação de contadores, comercializadores de hortifruti/granjeiros, de construtoras e revendedores de combustíveis. A operação, coordenada pela Secretaria de Estado de

Segurança Pública (SSP), por meio do Departamento de Combate ao Crime Organizado (DCCO), órgão da Superintendência Estadual de Investigação Criminal (Seic), prossegue para cumprimento dos demais mandados de prisão, para precisar na quanto tempo o esquema era executado e identificar a origem do dinheiro movimentado pela quadrilha.

A apuração aponta que Pacovan montou uma rede criminosa utilizando empresas para lavar dinheiro, e, possivelmente, para desvio de verbas públicas, explica o delegado-geral de Polícia Civil Lawrence Melo. A próxima etapa dos trabalhos tem foco nos que operavam diretamente na lavagem do dinheiro - o Pacovan, familiares do suspeito e pessoas de fachada usadas como lavranças. Foi identificado que a movimentação financeira das empresas era incompatível com a estrutura física que possuíam, além de outros indícios, culminando com a investigação, que já dura um ano.

Na lista de empresas estão sete postos de combustíveis destes, cinco na Região Metropolitana de São Luis, um no município de Zé Doca e outro em Itapecuru Mirim, envolvidos no crime - que foram interditados. Segundo a lista da polícia, os postos locais são Laranja I (Estrada de Fibamari, Santa Terezinha

(Araçagi), Petrobrás (Angelim), Joyce 2 (Alemanha) e 3 (Rodoviária). Com essa operação, a Segurança desarticulou um esquema que poderia ser ampliado a outras áreas e causar grande lesão financeira. Vamos prosseguir para apontar os demais envolvidos", disse o titular da Seic, Tiago Bardal.

Pelo modo de operação, a quadrilha realizava operações comerciais fictícias dissimulando movimentos financeiros e usando nomes de fachada, explicou o titular da DCCO, delegado Ney Anderson Gaspar. Entre os crimes atribuídos ao grupo estão lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, fraude em licitação, porte e posse ilegal de arma de fogo, crimes contra a ordem econômica (usura, adulteração de combustíveis, concorrência desleal) e tributária.

Ainda como resultado da operação foi apreendido 61 caminhões, sequestro de 11 imóveis, entre casas, fazendas e postos de combustíveis comprados com dinheiro ilícito, e uma série de contas bancárias bloqueadas. Os suspeitos ficaram detidos na Seic até serem apresentados durante a coletiva na SSP e após encaminhados ao Complexo Penitenciário de Peninhas por força de prisão temporária.

Integraram a operação também a Superintendência de Polícia Civil da Capital

(SPCC), Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) e Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP).

#### PRISÕES

Além de Pacovan a Polícia Civil conseguiu prender por meio de mandado de prisão Samira Lima Awad, Thamerison Damasceno Fontenele, Simone Silva Lima, Edna Maria Pereira (esposa de Pacovan), Rafaely de Jesus Souza Carvalho, Creudilene Souza Carvalho, Adriano Almeida Sotero, Geraldo Valdonio Lima da Silva, Lourenço Bastos da Silva Neto, José Etelmar Carvalho Campelo, estes dois últimos apontados como contadores da organização. Foram presos, também, Renato Lisboa Campos, João Batista Pereira, Kellya Fernanda de Sousa Dualib, Manasses Martins de Sousa, Jean Paulo Carvalho Oliveira e Francisco Xavier Serra Silva.

#### PEÇA-CHAVE

O nome da operação alude ao jogo intitulado jenga, que consiste no encaixe de peças e a retirada de uma desmonta todo o conjunto. Para a polícia, o Pacovan é a peça-chave do jogo que retirado desarticulou toda a quadrilha e o esquema criminoso.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 05 / 05 / 2017	Página 17	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Casal é preso por tráfico de drogas em São Luís

A Polícia Militar do Maranhão, por intermédio da equipe do GSA, prendeu em flagrante na quarta-feira (3), no Canto da Fabril, em São Luís, Bruno Henrique Silva Maranhão e Aline Regina Dourado Ribeiro pelo crime de tráfico de drogas.

Após denúncias anônimas repassadas a equipe informando que uma quitinete

estava sendo utilizada para comercialização de entorpecentes. Com base nas denúncias, a equipe se deslocou até o local e encontrou, dentro da geladeira 70g de maconha. No local também foi apreendida uma balança de precisão.

Ambos foram conduzidos e apresentados no Plantão Central das Cajazeiras.

## Marido flagra esposa pastora de Bacabal no motel e faz escândalo

A pastora Albeani Santos profetiza também pelo Maranhão. Natural de Bacabal, cidade maranhense a 250km da capital, e membro da Assembleia de Deus Pioneira, foi flagrada pelo marido em um motel, escandalizada e filmada enquanto o marido aguardava uma viatura para que fosse dado o flagrante

do adultério, como se isso fosse crime, o que não é mais.

Ela faz constantes visitas ao Maranhão e é muito conhecida nos meios evangélicos aqui em São Luís. Na semana passada ele estava no Rio de Janeiro, assim como viaja para vários estados e países

## Acusado de tentativa de homicídio vai a júri na comarca de Colinas

Quem sentou no banco de réus na quarta-feira, 04, na Sala de Júri do Fórum da comarca de Colinas, é o réu Antônio Mateus da Silva Santos, o "Tonhe". Ele responde pela tentativa de homicídio praticada contra as vítimas Lucas Moura de Sousa e Rafael da Silva Avelar. Outros acusados pelo crime - Felipe Rodrigues, Josenilson Pereira da Silva Nascimento, Cassiano Rodrigues e Charles Rodrigues, o "Camaleão", estão foragidos. Preside o júri o juiz Clênio Lima Corrêa,

titular da comarca de São Domingos do Maranhão e respondendo por Colinas.

Consta da denúncia do Ministério Público Estadual que a tentativa de homicídio aconteceu no dia 12 de fevereiro de 2014, por volta das 21h, nas proximidades de uma clínica situada na Rua Bela Vista, as vítimas trafegavam em uma motocicleta quando foram alvejadas por tiros disparados pelos denunciados.

Ainda segundo a denúncia, os denunciados, integrantes de uma gangue, teriam sido motivados por

vingança por causa de um incêndio provocado por Lucas (vítima) na casa de um deles, Cassiano.

**ISCAS** - Consta dos autos que, na ocasião do crime, Cassiano, Antônio Mateus e Charles, juntamente com um adolescente, "ficaram de iscas" esperando pelas vítimas em frente a clínica, enquanto Felipe e Josenilson, armados com um revólver 32, ficaram escondidos ao lado de um lava jato esperando Lucas aparecer para surpreendê-lo.

No momento em que

Lucas e Rafael, que conduzia a motocicleta, se aproximaram do grupo que "servia de isca", foram surpreendidos por Felipe e Josenilson, quando o primeiro disparou contra as vítimas.

As vítimas relatam ter tentado chegar ao hospital, no que foram impedidos pelos acusados, momento em que ocorreu nova troca de tiros.

De acordo com a denúncia, Antônio Mateus confessou a tentativa de homicídio e relatou a participação dos demais acu-



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA <b>05</b> / 05 / 2017	Página <b>7</b>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## 'OPERAÇÃO JENGA' Polícia prende 18 e desarticula esquema que movimentou cerca de R\$ 200 milhões

A polícia cumpriu 43 mandados de busca, apreensão e prisão, fruto das investigações da 'Operação Jenga', que apura crime de lavagem de dinheiro a partir de diversas empresas, incluindo postos de combustíveis na capital. Foram 18 presos, sendo 11 homens, entre estes, o empresário Josival Cavalcanti da Silva, o Pacovan, apontado como líder do esquema.

Pacovan já esteve preso, em 2015, por crime de agiotagem envolvendo prefeituras maranhenses. Em 2016, o suspeito cumpria sentença monitorado por tornozeleira. Detalhes da ação foram repassados e os suspeitos apresentados em coletiva à imprensa, na tarde desta quinta-feira, 4, na sede da SSP, Vila Palmeira. "Esta quadrilha liderada pelo Pacovan está sendo investigada há vários meses, e, agora, a polícia conseguiu desarticular um esquema, que movimentou milhões cometendo fraudes diversas. A operação continua para que os demais envolvidos sejam presos e este esquema não volte a ocorrer", enfatizou o secretário SEGURANÇA, Jefferson Portela.

O esquema fraudulento movimentou mais de R\$ 200 milhões com participação de contadores, comercializadores de hortifrutigranjeiros, de construtoras e revendedores de combustíveis. A operação, coordenada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), por meio do Departamento de Combate ao Crime Organizado (DCCO), órgão da Superintendência Estadual de Investigação Criminal (Seic), prossegue para cumprimento dos demais mandados de prisão, para precisar há quanto tempo o esquema era executado e identificar a origem do dinheiro movimentado pela quadrilha.

"A apuração aponta que Pacovan montou uma rede criminosa utilizando empre-



Dezoito pessoas foram presas e 35 mandados de busca e apreensão em São Luís e no interior

sas para lavar dinheiro, e, possivelmente, para desvio de verbas públicas", explica o delegado-geral de Polícia Civil, Lawrence Melo. A próxima etapa dos trabalhos tem foco nos que operavam diretamente na lavagem do dinheiro - o Pacovan, familiares do suspeito e pessoas de fachada usadas como 'laranjas'. Foi identificado que a movimentação financeira das empresas era incompatível com a estrutura física que possuíam, além de outros indícios, culminando com a investigação, que já dura um ano.

Na lista de empresas estão sete postos de combustíveis, destes, cinco na Região Metropolitana de São Luís, um no município de Zé Doca e outro em Itapecuru Mirim envolvidos no crime - que foram interditados. Segundo a lista da polícia, os postos locais são Laranjal (Estrada de Ribamar); Santa Terezinha (Araçagi); Petrobrás (Angelim); Joyce 2 (Alemanha) e 3 (Rodoviária). "Com essa operação, a Segurança desarticulou um esquema que poderia ser ampliado a outras áreas e causar grande lesão financeira. Vamos prosseguir para apontar os demais envolvidos", disse o titular da Seic, Tiago Bardal.

"Pelo modo de operação, a quadrilha realizava operações comerciais fictícias dissimulando movimentos financeiros e usando nomes de fachada", explicou o titular da DCCO, delegado Ney Anderson Gaspar. Entre os crimes atribuídos ao grupo estão lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, fraude em licitação, porte e posse ilegal de arma de fogo, crimes contra a ordem econômica (usura, adulteração de combustíveis, concorrência desleal) e tributária.

Ainda como resultado da operação foi apreendido 61 caminhões; sequestro de 11 imóveis, entre casas, fazendas e postos de combustíveis comprados com dinheiro ilícito; e uma série de contas bancárias bloqueadas. Os suspeitos ficaram detidos na Seic até serem apresentados durante a coletiva na SSP, e, após, encaminhados ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas por força de prisão temporária.

Integraram a operação também a Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), Su-

perintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) e Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP).

Prisões - Além de Pacovan a Polícia Civil conseguiu prender por meio de cumprimento de mandado de prisão Samia Lima Awad, Thamerson Damasceno Fontenele, Simone Silva Lima, Edna Maria Pereira (esposa de Pacovan), Rafaely de Jesus Souza Carvalho, Creudilena Souza Carvalho, Adriano Almeida Sotero, Geraldo Valdonio Lima da Silva, Lourenço Bastos da Silva Neto, José Etelmar Carvalho Campelo, estes dois últimos apontados como contadores da organização. Foram presos, também, Renato Lisboa Campos, João Batista Pereira, Kellya Fernanda de Sousa Dualib, Manasses Martins de Sousa, Jean Paulo Carvalho Oliveira e Francisco Xavier Serra Silva.

Peça-chave - O nome da operação alude ao jogo intitulado Jenga, que consiste no encaixe de peças e a retirada de uma desmorona todo o conjunto. Para a polícia, o 'Pacovan' é a peça-chave do jogo que, retirado, desarticulou toda a quadrilha e o esquema criminoso.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 05 / 05 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Polícia desmonta esquema de lavagem de dinheiro no estado

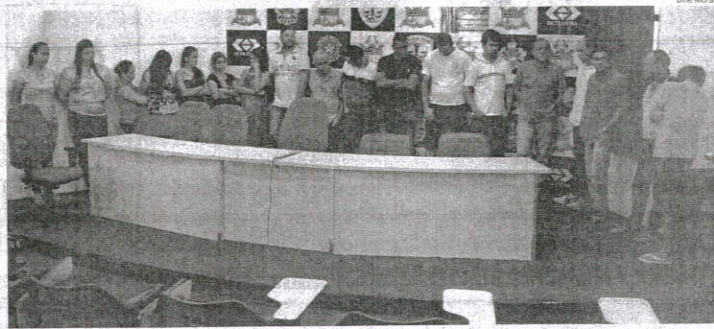
Quadrilha de agiotas usava postos de combustíveis na capital e no interior para lavar o dinheiro adquirido das prefeituras; 18 pessoas foram presas, entre elas Josival Cavalcanti, o Pacovan, que seria o chefe do bando

ISMAEL ARAÚJO  
Da editoria de Polícia

**D**ezito pessoas presas, 61 caminhões, três fazendas, cinco imóveis, vários documentos, máquinas agrícolas e ainda sete postos de combustíveis lacrados e bloquetes de contas bancárias foi o resultado da operação Jenga, realizada ontem pela equipe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) na Região Metropolitana de São Luís, Itaipuru-Mirim e Zé Doca. A polícia informou que esse bando criminoso era chefiado por Josival Cavalcanti da Silva, o Pacovan, que é suspeito ainda de lavagem de dinheiro em postos de combustíveis. Um total de mais de R\$ 200 milhões já foi movimentado de forma irregular. A maioria desses recursos é proveniente de corrupção em Prefeituras do interior do estado.

Essas informações foram repassadas ontem à imprensa, durante coletiva na sede da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), na Vila Palmeira. O delegado Tiago Bardal, superintendente de Investigações Criminais, declarou que há cerca de um ano a chefia da Receita Federal informou à polícia que estava havendo uma movimentação atípica em um posto de combustíveis na Ilha. Este empreendimento comercial teria arrecadado em um ano mais de R\$ 2 milhões.

A polícia começou a investigar e constatou que o estabelecimento comercial estava sendo usado para lavagem de dinheiro oriundo de prefeituras do Maranhão. Esse es-



Grupo liderado por Josival Cavalcanti da Silva, o Pacovan, que usava postos de combustíveis para lavar dinheiro oriundo de agiotagem no estado

## SAIBA MAIS

### Os detidos durante a operação Jenga

- Sâmia Lima Awad
- Thamerson Damasceno Fontenele
- Simone Silva Lima
- Josival Cavalcanti da Silva
- Edna Maria Pereira
- Rafaely de Jesus Souza Carvalho
- Creudilene Souza Carvalho
- Ilizenir Souza Carvalho
- Adriano Almeida Sotero
- Geraldo Valdonio Lima da Silva
- Lourenço Bastos da Silva Neto
- José Etelmar Carvalho Campelo
- Renato Lisboa Campos
- João Batista Pereira
- Kellya Fernanda de Sousa Dualibe
- Manassés Martins de Sousa
- Jean Paulo Carvalho Oliveira
- Francisco Xavier Serra Silva

quema fraudulento era chefiado por Pacovan com o apoio de sua esposa, Edna Maria Pereira, e de mais dois

contadores, identificados como Lourenço Bastos da Silva Neto e José Etelmar Carvalho Campelo.

Segundo o delegado, a fraude consistia em as prefeituras pagarem valores altos para aquisição de petróleo e os seus derivados, mas não obtinham os produtos. A maioria do dinheiro era repassada diretamente para as contas dos postos de combustíveis, que estavam em nomes de laranjas, mas pertenciam a Pacovan. Esses empreendimentos estão localizados nas cidades de São José de Ribamar, Zé Doca e Itaipuru-Mirim e em bairros de São Luís como Angelim, Araçagi, Alemanha e Santo Antônio.

### Operação

A polícia solicitou ao Poder Judiciário 22 mandados de prisão e ontem, durante a operação, foram cumpridos 18, além de 35 mandados de

busca e apreensão. Os policiais ainda encontraram em um galpão, na BR-135, nas proximidades da entrada de São Luís, 61 caminhões que, segundo o delegado, foram adquiridos como forma de pagamento de agiotagem. "Esses veículos eram a garantia de pagamento das dívidas", explicou o delegado.

Bardal também informou que foram apreendidos quatro veículos, 11 imóveis e vários documentos que serão pericidados pela polícia. A polícia pediu à Justiça bloqueio de contas bancárias, CNPJ de postos de combustíveis e sete postos foram lacrados.

O delegado disse que as investigações vão continuar para identificar as prefeituras que estão envolvidas nesse esquema fraudulento.

## A OPERAÇÃO

JENGA: O nome da operação é uma referência a um jogo de empilhamento em que uma peça retirada derruba toda a torre.

## NÚMERO

18

Foi o número de pessoas presas por determinação judicial durante a operação Jenga, realizada ontem na Região Metropolitana de São Luís, Zé Doca e Itaipuru-Mirim

Há possibilidade desses gestores serem penalizados.

## Carros de luxo

A equipe da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV) prendeu ontem Fábio Aurélio do Lago e Silva, o Bicheiro, que está envolvido na morte do jornalista Décio Sá; Davi Leida de Oliveira, empresário da cidade de Duque Bacelar; e Jonathan Aurélio Ribeiro de Sousa, o Jonathan Boy, na capital, acusado de comercializar veículo de luxo roubado.

O delegado Jeffrey Furtado disse que esse bando vinha sendo investigado desde o começo deste ano, quando foi apreendido um veículo Corolla, no Parque Vitória, e vai responder pelos crimes de associação criminosa e roubo qualificado. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <b>HORA EXTRA</b>
DATA <b>5</b> / 05 / 2017	Página <b>5</b>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Estado é condenado a pagar aluguéis atrasados de imóvel que abrigou Liceu Maranhense

O Estado do Maranhão terá que pagar ao locador de um imóvel em São Luís, onde funcionou escola pública, os aluguéis devidos de 1º de junho de 2013 a 31 de agosto de 2014, no valor mensal de R\$ 9 mil, acrescidos de juros e correção monetária. A decisão é da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que ainda condenou o ente público a pagar indenização de R\$ 99.965,97 por danos materiais.

O entendimento unânime, em voto relatado pelo desembargador Paulo Velten,

também foi pelo envio de cópia integral dos autos ao Ministério Público do Maranhão (MPMA), a fim de apurar não só a conduta considerada desidiosa da Procuradoria Geral do Estado, como também os prejuízos causados ao erário pelo órgão/gestor contratante, uma vez que o Estado terá de pagar aluguéis e indenizar danos materiais decorrentes da "omissão injustificada do responsável pelo contrato, que não profícuo o competente distrato no tempo e modo devidos".

De acordo com os autos, o imóvel localizado no bairro Diamante foi alugado à

Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (Seduc), desde 2004, local onde funcionou, temporariamente, o Liceu Maranhense e depois o Colégio Solano Rodrigues, no período em que ambos tinham sido interditados pelo Ministério Público.

O proprietário do imóvel ajuizou ação de cobrança, com pedido de indenização, alegando que a Seduc não cumpriu as cláusulas contratuais. Disse que o prédio foi entregue à Secretaria em perfeito estado, mas a locatária não o conservou, não reformou e retirou a vigilância do imóvel, o que resultou

em vários arrombamentos e saques. Ressaltou que, à época, teria sido assegurado por representantes da Seduc que a destruição do prédio seria indenizada, e os meses de aluguéis atrasados seriam todos pagos, o que não aconteceu.

Em dezembro de 2015, o juiz João Francisco Gonçalves Rocha, da 5ª Vara da Fazenda Pública da capital, condenou o Estado a pagar os aluguéis vencidos e vincendos, com juros e correção, e indenização por danos morais de R\$ 20 mil ao proprietário, além de indenização por danos materiais, a ser apurada através de liquidação por arbitramento.

## ATUAÇÃO DESCOMPROMISSADA

Em reexame necessário, o relator Paulo Velten pontuou, inicialmente, a atuação descompromissada da Procuradoria Geral do Estado no caso. Destacou que, citado o ente público, não foi oferecida contestação, e nem recurso contra a sentença houve.

Ao verificar a não comprovação de pagamento

por parte do Estado, o desembargador Paulo Velten entendeu por manter a sentença de primeira instância na parte em que reconheceu a obrigação de pagar os aluguéis a partir de 1º de junho de 2013, determinando que fosse até o tempo de ajuizamento da ação.

Quanto aos danos materiais, considerou

compatíveis com os mencionados em laudo do Instituto de Criminalística (ICRIM) e com o valor de R\$ 99.965,97, estabelecido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão (CREA-MA) para fins de "recuperação das instalações físicas do prédio".

No que se refere ao dano moral, o relator votou

pela reforma da sentença de 1º Grau, por entender que, de acordo com jurisprudência predominante no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no próprio TJMA, o mero descumprimento contratual, sem qualquer repercussão extrapatrimonial, não enseja, por si só, dano à honra, imagem ou personalidade do contratante inocente.

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia  (X) Outros <i>Vida</i>
DATA <i>05</i> / 05 / 2017	Página <i>8</i>	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

# Cidade dividida

Após o ataque aos índios Gamela no último domingo, a cidade vive um clima de tensão e medo, tanto por parte dos moradores da região do conflito, como dos indígenas, que temem novos ataques

MIVAN GEDEON

**V**iana-MA - A apreensão com os buracos em um trecho de 36km na entrada do município de Viana, a 214km da capital do Maranhão, é uma espécie de antecipação do clima que também se encontra na cidade depois do conflito, entre moradores e índios, no último domingo.

Em no sítio recuperado pelos índios Gamela, no povoado de Pirai, cerca de 3km de Viana, o que se percebe é um povo bastante desconfiado com quem chega. Em volta de um rádio, os índios acompanham de perto todas as notícias sobre o eles. Em uma delas, o médico que tratou do índio ferido no braço, no Socorro II, em São Luís, informa que a mão do indígena não foi decepada, como a mídia havia anunciado.

Um dos índios levanta a voz e contesta: "Não foi decepada? Isso é uma mentira". Outro reclama: "Esse médico foi comprado". Um índio levanta, vai até o quarto e volta com um celular na mão, mostrando a foto do índio com a mão pendurada pela pele. "Se isso não foi decepado, se não, eu não sei mais o que é ser decepado!", revolta-se.

Até a manhã da última quarta-feira (2), apenas o secretário de Segurança do estado, Jefferson Portela, e a Polícia Federal haviam visitado os índios no dia anterior. A Polícia Federal para investigar o caso do ataque, e o secretário para prestar apoio e segurança aos índios Ga-



Índios Gamela, no sítio em Pirai, aguardando a chegada de alguma autoridade para resolver o problema



Nunca aconteceu, até porque nosso pensamento é que a gente tenha um diálogo com essas famílias. A única coisa que deu errado foi que os fazendeiros os colocaram contra a gente, mas, da nossa parte, nem passou pela cabeça da gente o que fazer com essas pessoas que são pobres como a gente

**Kaaw Gamela, índio**

mela, embora nenhum policial ou órgão de segurança estivesse no local até aquele momento.

Mas o dia estava apenas começando. A equipe de O Imparcial queria conversar com alguma liderança indígena, mas eles não tinham nenhum líder. "Aqui não tem liderança, respondemos por todos". Na hora de falar com alguém, todos se manifestavam, mas pediram para aguardarmos um membro que poderia falar com a equipe do jornal. Ao poucos, com a presença da reportagem, os índios iam se caracterizando. Um pintava a perna e o rosto de tinta de jenipapo, outro colocava colares

## Mistura de raças e a busca da identidade indígena

Em meio a tanta mistura de raças, eram importantes os apetrechos para serem identificados como indígenas. Finalmente, o membro do grupo aguardado chega. Kaaw Gamela quis se identificar apenas com o nome de guerra. Era um dos poucos que tinham traços indígenas. Além das características, kaaw tinha mais esclarecimento sobre os fatos e até mesmo sobre a história dos índios Gamela na região. Para Kaaw, o ataque poderia ter sido evitado, se houvesse interesse do governo federal.

"Na quinta-feira passada

(27) nós estivemos na Funai, denunciando que possivelmente a gente iria sofrer ataques e da articulação que estava acontecendo nas proximidades. E, quanto a isso, nós temos certeza que o governo falhou. A denúncia foi feita com um tempo. Poderia se fazer alguma coisa. Em outra ocasião, a denúncia foi feita para o presidente da Funai, em Brasília, com a presença de outros povos indígenas. Não houve interesse por parte do governo federal de frear esses ataques."

Quando ao fato das invasões nas propriedades de pe-

quenos agricultores e até de moradores da região. Kaaw nega todos os fatos e atribui essa manipulação aos fazendeiros da região, em colocar a população contra eles.

"Nunca aconteceu, até porque nosso pensamento é que a gente tenha um diálogo com essas famílias. A única coisa que deu errado foi que os fazendeiros os colocaram contra a gente, mas da nossa parte, nem passou pela cabeça da gente o que fazer com essas pessoas que são pobres como a gente. A única coisa que acirrou os ânimos entre nós foi que houve

uma incitação por parte dos fazendeiros. Até porque eles não se colocam à frente desta articulação", denuncia Kaaw.

Perto das 10h da manhã, chegou ao sítio uma comitiva da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do governo estadual, acompanhado das polícias Civil e Militar. Os agentes de segurança não vieram para proteção dos índios, mas, sim, dos funcionários do estado. Eles fizeram os primeiros levantamentos do ocorrido e ouviram também as reivindicações dos índios Gamela. Era a vez de ouvir os moradores.

## A revolta dos moradores na área do conflito

No povoado Santeiro, cerca de uns 2km do sítio onde os índios estão assentados, o clima entre os moradores era de muita revolta contra os índios Gamela. O local foi palco da reunião entre moradores e fazendeiros, que contou com a presença do deputado federal Aluísio Mendes. Próximo dali, no povoado da Bahias, foi onde ocorreu o conflito que acabou com várias pessoas gravemente feridas.

Segundo os moradores da região, os índios tocaram o terror na região, invadindo casas e amedrontando seus moradores. No sítio, onde houve uma tentativa de reocupação, o caseiro Raimundo da Silva disse que os índios renderam sua esposa.

"Eles chegaram e rederam minha esposa. Quando eu cheguei, eles queriam me impedir de entrar, mas outros índios permitiram a minha entrada. Aí foi quando resolvi sair novamente para tentar avisar da invasão. Cheguei à reunião, que estava acontecendo em Santeiro, e falei do ocorrido. O povo se revoltou e foram todos para lá. Foi aí que começou a briga", disse



Casal teve dois filhos reféns dos índios, segundo seus depoimentos

se o caseiro.

O agricultor Domingos Gomes Rabelo, de 60 anos, também disse ter sido vítima dos índios

Gamela. Na hora da confusão, no último domingo, foi alvejado por uma bala. "Fui atacado com duas pauladas na cabeça e logo

desmaiei. Quando acordei, já estava alvejado e sangrando bastante, principalmente nas mãos."

Um casal de idosos teve dois filhos reféns dos índios Gamela durante o conflito. Alamilo Matos Cunha e sua esposa, Maria do Socorro Matos Cunha, viveram momentos de tensão. "Estávamos em uma reunião, justamente tratando sobre os índios, que estavam ameaçando atacar nossas terras, quando nos falaram que eles tinham invadido nossas terras e meus dois filhos tinham sido reféns. Minha pressão subiu, e logo desmaiei! Quem foi tomar conta da nossa terra foi meu marido", falou a senhora Maria do Socorro.

Segundo o delegado Jorge Pacheco, titular da Delegacia de Viana, um inquérito foi instaurado e algumas pessoas já prestaram depoimento, mas ninguém foi preso até agora. Há várias controvérsias, os moradores dizem que os índios chegaram armados e os índios dizem o contrário. E é neste clima de divisão, tensão e medo que a cidade de Viana está vivendo nesta semana.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 05 / 05 / 2017	Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Postos da capital passam por vistoria para garantir qualidade do combustível vendido

Desde o início de 2017, cerca de 200 estabelecimentos já foram fiscalizados em São Luís

Na manhã de ontem (4), foi dado início a uma série de vistorias em postos de combustíveis da capital maranhense, envolvendo técnicos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e fiscais do Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (Procon-MA), visando garantir a qualidade dos produtos comercializados nesses estabelecimentos. A ação prossegue até hoje (5) e deve visitar 12 postos, aos quais serão realizados testes, a fim de verificar a densidade, cor e volume, de produtos retirados de tanques e bombas de abastecimento, que podem evitar danos aos veículos dos clientes, como pane no motor do automóvel, por exemplo. As vistorias fazem parte de um convênio entre os dois órgãos, que existe desde 2016, e também serve para capacitação da equipe do Procon-MA. No entanto, os consumidores não precisam esperar somente das fiscalizações para adquirir um produto dentro do padrão de qualidade: os próprios clientes tem total liberdade para exigir dos estabelecimentos o teste de qualidade, que pode ser feito de forma fácil e rápida. A informação foi passada pelo especialista em Regularização da ANP Sivalva Marinho, durante um treinamento de fiscalização aos agentes do Procon-MA, iniciado ontem em postos da capital, distribuídos no Centro, Areinha, Ipase, Bequimão e Cohama. Segundo Sivalva, para que não haja dificuldade de o consumidor realizar o teste, os estabelecimentos devem possuir o kit de aferição, conforme consta na Resolução nº 09/2007 da ANP. O procedimento é feito em prova, e dentro do recipiente se adiciona água e gasolina, faz-se movimentos de sacolejos para misturar os dois líquidos, e quando o procedimento estiver concluído o etanol deve se separar do outro carburante. É a quantidade de etanol que determinará se a composição do produto ofertado



Técnicos da ANP e fiscais do Procon-MA fazem análise de combustível vendido em posto da capital

está correta ou não. A prova costuma ter 100 ml, e se destina metade do volume para cada líquido.

O agente da ANP explicou que, quando solicitado, o frentista deve coletar uma quantidade da bomba de gasolina e do tanque, e executar a amostra analítica. Segundo a Agência Nacional de Petróleo, é obrigação dos frentistas saberem executar tal teste, uma vez que há treinamento também aos funcionários dos postos, por meio do órgão nacional "De Olho no Combustível". E, no caso de haver recusa do estabelecimento em realizar o teste, ou após procedimento feito, consumidor ainda tiver dúvida sobre o combustível, Sivalva orienta que o cliente deve procurar a ANP e Procon. "Com a denúncia formalizada, fazemos

fiscalização in loco para verificar a qualidade do produto", informou o especialista.

### CARACTERÍSTICAS

Na manhã de ontem (4), a reportagem do Jornal Pequeno acompanhou o treinamento dos fiscais do Procon, no Posto Ecológico 2, localizado na Avenida Senador Vitorino Freire, na Areinha. O experimento assistido pela equipe do JP consistiu na verificação de características isoladas dos tipos de combustível, medindo densidade e temperatura. No caso da gasolina, segundo Sivalva Marinho, também é verificado a quantidade de etanol presente, devendo conter percentual máximo de 27%, na composição do produto. Foi repassada também, durante o treinamento, a orientação no

que diz respeito às cores dos combustíveis. Parece óbvio, mas nem todo mundo sabe que a gasolina aditivada e a comum têm tonalidades diferentes, enquanto a comum é mais amarelada, a aditivada apresenta coloração mais próxima do verde. O problema está no fato de nem todo motorista reparar tal diferença na hora do abastecimento de seu veículo e é possível que aconteça de consumidores pagarem mais caro para colocar no tanque, o combustível que custa mais barato.

De acordo com o técnico, o combustível pódium tem cor pastel e o etanol, transparente. Ele esclareceu sobre o caso de os produtos apresentarem cor turva ou outras que não as citadas, o que impede de serem vendidos.

### ADULTERAÇÃO

Segundo a ANP, adulteração é a ação de fraudadores que visam mais lucro através da adição ilegal de qualquer substância ao produto. Entre as principais consequências dessas fraudes estão resíduos em bicos injetores e válvulas, nas velas de ignição e na câmara de combustão, perda de potência; aumento de consumo e batida de plinos. No caso de carros que são específicos para trabalhar com gasolina, explicou Sivalva Marinho, se o produto for estiver com mais de 27% de etanol, ou outra substância que classifica adulteração, o veículo pode o motor comprometido. "Nesses casos, além de pedir o teste, o consumidor pode fazer denúncias na ANP", disse. De acordo com o diretor de Fiscalização do Procon/MA,

Rafael Costa, o Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão tem um convênio com a ANP desde o ano passado. Desde o começo de 2017, segundo Rafael Costa, somente em São Luís já foram fiscalizados 200 postos de combustíveis. Os motivos teriam sido a qualidade e volume dos produtos, além do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), que foi autorizado, mas na capital maranhense, chegou a ser cobrado preços acima do permitido. No balanço parcial de 2017, o diretor de fiscalização informou que dez postos de combustíveis já foram lacrados, por falta de autorização da ANP, ou problemas de qualidade dos produtos comercializados.



VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 5 / 05 / 2017	Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## ➤ PÉSSIMAS CONDIÇÕES

# Justiça determina que Prefeitura reforme feiras em São Luís

A juíza de direito Luzia Madeiro Neponucena, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, determinou que o Município de São Luís, por meio do secretário de Agricultura, Pesca e Abastecimento, Ivaldo Rodrigues, apresente cronograma detalhado de reforma, ampliação e adequação das feiras e mercados públicos da capital. O Município tem 10 dias para cumprir a decisão judicial.

A decisão que resulta de uma Ação Civil Pública (ACP) solicitada pelo Ministério Público Estadual (MPE) beneficiará com a reforma as feiras da Vila Bacanga, Vila Isabel, Anjo da Guarda, Vila Embratel, São Francisco, Praia Grande, Macaúba, Bairro de Fátima, Bom Jesus, Coroadinho, Tirirical, Impem São Cristóvão, Vicente Fialho, Olho d'Água, Angelim, Cruzeiro do Anil, Anil, Santa Cruz, Vila Palmeira, Santo Antônio, Liberdade, Monte Castelo, João Paulo, Forquilha, Cohab, Cohatrac e (Primavera), além do Mercado Central.

No inquérito elaborado pelo órgão ministerial foi constada uma série de irregularidades nas feiras e mercados de São Luís, com especial destaque para o acúmulo de lixo e falta de higiene. Na feira do João



Feira do bairro João Paulo será uma das beneficiadas com reforma em São Luís

Paulo, por exemplo, havia problemas no abastecimento de água, instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas, coliformes fecais na água e lixo a céu aberto, além do comprometimento da qualidade e conservação dos alimentos e comercialização de produtos no meio da rua.

Em caso de descumprimento da decisão judicial, o Município de São Luís pagará uma multa diária no valor 20 mil reais.

Sobre o assunto, o secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Abasteci-

mento (Semapa) de São Luís, Ivaldo Rodrigues, disse ao G1 que as feiras na capital estão funcionando normalmente e que apenas alguns mercados sofrem com problemas estruturais e, que estes serão resolvidos futuramente com reformas a partir de orçamentos viabilizados pela Prefeitura. "As feiras estão funcionando normalmente e apenas alguns mercados sofrem com problemas estruturais. A partir de orçamentos da Prefeitura é que serão realizadas as melhorias e

apenas no que for prioritário nos mercados", disse.

### OUTRAS SENTENÇAS

Em 2012, a juíza proferiu sentença, na qual determinava ao Município de São Luís que apresentasse no prazo de 60 dias o seu programa de reforma para acompanhamento e fiscalização de feiras e mercados sob a responsabilidade da Prefeitura local, e o prazo de 120 dias, para que fosse dado início à reforma e adequação de cada feira e mercado de sua propriedade.

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	
( ) Debate	( ) O quarto poder	( ) Outros
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 5 / 05 / 2017	Página 2	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

# Pacientes dormem em fila para marcar consulta na Capital

São Luís possui atualmente 25 postos de marcação de consulta da Cemarc



Pacientes que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) estão sendo obrigados a dormir em uma fila em São Luís para poder tentar marcar exames e consultas. A situação está ocorrendo na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no bairro Outeiro da Cruz, onde funciona um dos 25 postos da Central de Marcação de

Consultas e Exames do Município (Cemarc) na capital.

No local, que é utilizado para a marcação de consultas e exames de diferentes especialidades médicas, os pacientes reclamam que apesar da distribuição das senhas não há vaga para o exame ou consulta requisitada. Por conta disto, eles são obrigados a procurar os postos da Cemarc diariamente com o intuito de ad-

quirir os serviços médicos.

Uma paciente identificada como Ana, que procurou um posto em busca de exames laboratoriais, disse que procurou o posto da Cemarc no bairro Jordoá porque não encontrou vagas nos outros postos. "A gente vai em outros lugares e não consegue. Então a gente vem aventurar aqui. Eu quero fazer um hemograma completo. Eu já vim aqui umas duas

vezes e hoje para tentar novamente", revelou.

A previsão para o início do atendimento no posto da Cemarc no bairro Outeiro da Cruz é às 8h e as senhas, segundo os funcionários, são entregues por volta das 7h30.

O G1 entrou em contato com a assessoria da Prefeitura de São Luís e aguarda um posicionamento sobre a situação.

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 05 / 05 / 2017	Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Lixo se acumula em parada de ônibus

Sujeira é deixada na Beira-Mar por moradores de rua que utilizam o espaço durante a noite

Diariamente, a parada de ônibus da Avenida Beira-Mar, em São Luís, amanhece suja de lixo deixado por moradores de rua. Eles utilizam os bancos das paradas como dormitórios e ainda deixam dejetos espalhados pelo local.

lhados pelo local.

Essa semana, O Estado esteve no local e constatou a quantidade de entulhos no ponto de espera dos passageiros. Em cima dos bancos havia jornais em que os moradores

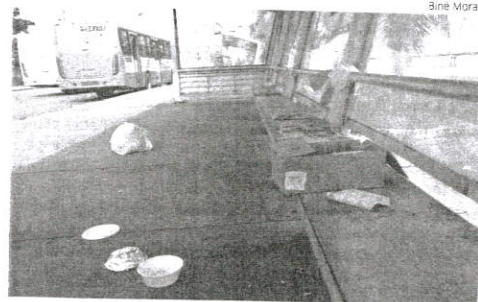
de rua se deitavam, transformando o espaço em uma espécie de cama. Em volta, restos de comida e lixo ficaram espalhados.

### Passageiros evitam permanecer no ponto de ônibus

Por causa da sujeira, os passageiros ficam incomodados e evitam permanecer no ponto de ônibus. Em virtude da situação, eles se

amontoam no outro que está localizado ao lado. A cena se repete diariamente no local.

Por meio de nota, a Prefeitura de São Luís informou que o Comitê de Limpeza Urbana realiza diariamente a coleta de lixo na Avenida Beira-Mar e que o acúmulo de lixo nessas vias acontece em decorrência do descarte irregular desses resíduos. O comitê pede ainda a colaboração da população quanto ao acondicionamento adequado dos resíduos, para que sejam depositados somente nos dias em que é realizada a coleta. ●



Após passarem noite em parada, moradores de rua deixam sujeira

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <b>05</b> / 05 / 2017	Página <b>2</b>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Última vez que orla da Grande Ilha esteve limpa foi há sete meses

Constatação feita por O Estado tem como base laudos divulgados pela Sema no período; ontem, a pasta informou que apenas um trecho está liberado

Flore Dolores



Água que escorre da foz do Rio Pimenta diretamente para o mar está suja e imprópria para banho, como confirma a placa da Sema

**A** última vez que as praias da Grande Ilha estiveram limpas e totalmente liberadas para o banho foi há sete meses. A constatação foi feita por O Estado tendo como base os laudos divulgados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) no período. Segundo os documentos no dia 4 de novembro de 2016, todos os 21 pontos monitorados na orla estavam propícios para banho.

Ainda de acordo com a pasta - que divulgou um novo laudo técnico sobre o assunto ontem - apenas um trecho da orla da região metropolitana - na Praia do Calhau - está liberado para o banho nos próximos dias. Outros trechos, como nas praias do Araçagi e Caolho, os níveis de coliformes fecais são considerados altos.

Em abril de 2017, houve uma mudança mais brusca nos laudos de balneabilidade em comparação com os resultados dos meses ante-

## NÚMEROS

**21**

é a quantidade de pontos monitorados pela Sema na orla da Ilha

**7**

é o número de meses com as praias da cidade sem condições ideais

riores. Enquanto em março deste ano, por exemplo, havia um cenário de até 10 trechos liberados, conforme atestava o laudo técnico divulgado pela pasta no dia 16 do referido mês, no quarto mês do ano, a quantidade de trechos liberados sofreu redução de 30%, passando de 10 para 7.

Mas a queda mais visível na qualidade da água das praias foi observada no laudo seguinte, divulgado no dia 13 de abril. Na ocasião, segundo estudos da Sema, havia apenas um trecho - na Praia do Meio - próprio para uso. No dia 25 - após passar mais de uma semana sem di-

vulgar os laudos, desobedecendo à Justiça, a pasta ligada ao meio ambiente informou que, naquela data, três trechos estavam próprios.

## Cobrança

No fim do mês passado, após cobrança feita por O Estado, a Sema voltou a divulgar com periodicidade os resultados sobre as condições das praias de São Luís. O atraso na emissão dos laudos pela pasta foi justificado em nota encaminhada pela pasta.

Segundo a Sema, a demora na divulgação do documento ocorreu por causa de "problemas no site oficial".

## Relembre

Em outubro do ano passado, durante audiência pública - liderada por deputados estaduais, entre eles Adriano Sarney (PV) - na Assembleia Legislativa do Maranhão (AL), o Governo do Estado (por meio das direções da Sema e da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão) foi cobrado sobre os métodos usados para a elaboração dos laudos. Esses métodos foram também alvos de críticas por pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Mesmo com os avisos fixados em pontos estratégicos da orla, banhistas insistem em desobedecer à determinação da pasta estadual e utilizam o mar normalmente para banho. Em contrapartida, conforme publicação feita por O Estado no dia 1º deste mês, turistas reclamaram da ausência de informações por parte do poder público sobre as condições da orla. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	(X) Outros <i>JP Turismo</i>
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA <i>05</i> / 05 / 2017	Página <i>6</i>	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

## RESTAURO "MELA-MÃO" DO IPHAN, NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, FOI PRA INGLÊS VER!

Herbert de Jesus Santos

Com um olho na missão, e o outro no padre, e Batendo o sino e acompanhando a procissão, o repórter, atrás do que fazer profissional, nos ossos do ofício, na véspera do feriado do Dia do Trabalho, flagrou um dos maiores desserviços ao Centro Histórico de São Luís, perpetrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), nos prédios do Hotel Ribamar e do Moto Bar, na Praça João Lisboa, com pinturas deficientes dos novos azulejos, e que foram fixados, sem perigo. Anos sa Reportagem Iphanou o dia, graças a um colega jornalista, egresso da UFMA e muito experiente, no batente, além de haver nascido na adjacência, mas que preferiu o anônimo, em função do seu trabalho em secretaria estadual, com batuta, inclusive, de concertar o peixe, e encetar o gato, portanto, falando de cadeira sobre a causa e o efeito do malefício do Iphan.

Contigiu, na tarde cheiosa, logo após o nosso reencontro, quando travejava um prato de carne assada, num dos quiosques do Abrigo do Largo do Carmo, que "há azulejos branqueados e outros descoloridos", no prédio do antigo Moto Bar, na Praça João Lisboa, em pleno Centro Histórico de São Luís. Por dentro do assunto, não tibiueou em nenhum ponto: "Os pintados são os originais, os descoloridos foram restaurados. Estão descoloridos, mas estavam como os originais. As pinturas dos novos azulejos perderam a cor em pouca tempo". Mais adiante, o confrade jornalista, voltou à carga: "A suspeita é que o serviço de restauro, no prédio do antigo Moto Bar, lidou com os novos azulejos que estavam branqueados, tenha sido feito pela empresa Angra, contratada pelo Iphan, no tempo em que Kátia Bogéa era a superintendente regional. É preciso confirmar se foi essa a empresa e quando o serviço foi feito".

Sem sair do conhecimento de causa, o informante ressaltou: "A causa da informação que precisa ser confirmada é se, mesmo com serviço 'capanga' realizado no prédio do antigo Moto Bar, essa mesma empresa, a Angra, foi contratada para fazer o restauro dos azulejos da fachada do antigo Hotel Ribamar, também na Praça João Lisboa. Neste prédio, vários azulejos estão fadados de forma errada e sujeitos a cair. O problema vem desde que o prédio foi entregue pelo Iphan-MA". Finalizou, com sua oportuna advertência: "Os dados precisam ser checados, pois o fato ainda não foi apurado". E categorizou o jornalista, indo e voltando: "As fotos são de 2015, quando foi feito o serviço no prédio do Hotel Ribamar. Poucos anos antes de funcionar o Moto Bar".

Iphan na Câmara Municipal — Numa visita à Câmara Municipal de São Luís, na manhã de 8 de agosto de 2016, já como presidente do Iphan a



A OBRA INTEGRAL ENTREGUE, PELO IPHAN, EM 2015, ERA MESMO MAIS DE FACHADA

historiadora Kátia Bogéa foi recebida no plenário da Casa pelo presidente, Astro de Ogum (PP), que, na ocasião, ficou este, juntamente com a diretora do órgão, empenhado na luta pela preservação do patrimônio cultural do Maranhão. Entretanto, a presença de Kátia Bogéa, no legislativo ludovicense, "É motivo de orgulho para todos nós", frisou. "Pois ela sempre demonstrou carinho e atenção para com os plebeus da Câmara, da cidade e de todo Estado".

Com estes deslizes do Iphan, no Hotel Ribamar e Moto Bar, cabe ao parlamento municipal convocar Kátia Bogéa, para dar o seu parecer sobre os futuros problemas em outras obras mencionadas, para as intervenções.

JP Turismo: sempre alerta — Há muitos anos, como em agosto de 2016, o JP Turismo vem de perto, acompanhando a expectativa que o PAC Cidades Históricas do governo federal deixou na capital maranhense, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Unesco, com o Iphan anunciando 44 ações, genéricas e fiscalizadas pelo órgão.

RS 133 milhões — Seriam investidos RS 133 milhões em obras em 44 espaços históricos, dentre os serviços cotados para o seu início, estavam a restauração e conservação do Palácio das Lágrimas, Palácio Cristo Rei, sobrado da Rua da Estrela, Fábrica São Luís, Mercado Central, Estação Ferroviária (prédio da Riffa), Solar dos Vasconcelos, Teatro Arthur Azevedo, Sobrado da Saronese, Museu Histórico e Artístico

do Maranhão, Centro de Criatividade Odílio Costa, filho, Centro de Cultura Popular, Teatro João do Vale, Casa do Maranhão, Centro de Arqueologia e Câmara Municipal. Sempre no campo da esperança, também foram definidas as prioridades de reforma da Rua Grande, que tem a fiação elétrica subterrânea e onde ainda seriam feitos serviços de drenagem e recuperação do pavimento, para a Praça Decosta, Rua da Paz, Largo do Carmo, Fortaleza de São Luís e construção da Praça das Mercês. A previsão era a de que os serviços seriam concluídos em três meses. Quanto mais distante, melhor para o Iphan, do que perto de reportagem. Kátia Bogéa alardeou que as obras do PAC Cidades Históricas, em São Luís seriam concluídas após o processo de licitação e feitas na área de tombamento estadual e federal. Executadas na capital, o Iphan teria a parceria do Governo do Estado e da Prefeitura de São Luís.

Quatro obras das 44 — Das 44 obras que São Luís receberia, para revitalização do seu sítio arqueológico, na ostentação de Patrimônio Cultural da Humanidade, tão somente quatro saíram do papel em outubro de 2015: a nova sede da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (Fapema), e o anexo do prédio do Curso de História da Uema, ambos na Rua da Estrela; a reforma da Praça da Alegria, e a fachada do prédio onde funcionava o Hotel Ribamar, na Praça João Lisboa. Convém salientar que até o fim de



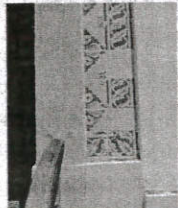
KÁTIA BOGÉA, DURANTE SESSÃO NA CÂMARA

2016, segundo se informava, sequer 37 obras teriam sido ainda licitadas.

A história imemorial — O Sobrado dos Belfort, prédio tradicional do Centro Histórico de São Luís, abrigou o famoso jornal antiescravagista Pacotilha que foi fundado em 1880 e extinto em 1939. Na esquina da Rua João Vítor de Matos (Beço da Pacotilha) com o Largo do Carmo, este prédio de três pavimentos e mirante foi erguido por Lourenço Belfort, durante o governo de Melo e Póvoas, sobrinho do Marquês de Pombal, para servir de moradia a sua família. O Sobrado dos Belfort passou para o Barão de Condatá, e, em seguida, o vendido ao jornalista Vitor Lobato. O prédio, então, passou a ser de uma redação do Pacotilha. No séc. 20, foi adaptado para a instalação do Hotel Ribamar e, depois, a propriedade passou para a Santa Casa de Misericórdia.



OLHADO COM FIXAÇÃO, SURGEM AS FALHAS EM TODA A FACHADA DO HISTÓRICO MOTO BAR



AS FALHAS NO RESTAURO DO PRÉDIO DO LEGENDÁRIO MOTO BAR SÃO GRITANTES (EM 2017)



O PRÉDIO DO HOTEL RIBAMAR, NO INÍCIO DA SUA RESTAURAÇÃO, EM 2015